VIVIANE CAMARA STRACHICINI

**Tributação das atividades econômicas das pessoas jurídicas de direito
privado enquanto concessionárias e permissionárias de serviços públicos**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2019

VIVIANE CAMARA STRACHICINI

Tributação das atividades econômicas das pessoas jurídicas de direito privado enquanto concessionárias e permissionárias de serviços públicos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Paulo de Barros Carvalho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Strachicini, Viviane

Tributação das atividades econômicas das pessoas jurídicas de direito privado enquanto concessionárias e permissionárias de serviços públicos ; Viviane Strachicini ; orientador Paulo de Barros Carvalho -- São Paulo, 2020.

206

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Direito Econômico, Financeiro e Tributário) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Concessões. 2. Permissões. 3. Tributação. 4. Serviço Público. I. de Barros Carvalho, Paulo, orient. II. Título.

A Zeca e Glória.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, pela fé e o amor que me dão tranquilidade e segurança em todos os passos.

Ao meu orientador, Paulo de Barros Carvalho, pela confiança depositada, por todas as instigações e pelo exemplo de dedicação.

A Lucas Galvão de Britto, Jacqueline Mayer Ude Braz, Maria Ângela Lopes Paulino Padilha, Maria Raphaela Matthiesen e Tácio Lacerda Gama, pelos diálogos, amizade e inspiração.

RESUMO

STRACHICINI, Viviane Camara. **Tributação das atividades econômicas das pessoas jurídicas de direito privado enquanto concessionárias e permissionárias de serviços públicos**. 2020. 206 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Propõe-se estudar o enquadramento das formas de remuneração previstas para o regime geral de concessões e permissões de serviços públicos aos arquétipos de tributos previstos no Texto Constitucional. São analisados o regime jurídico das concessões e permissões de serviços públicos da Lei 8.987/1995, a natureza jurídica das remunerações nele previstas, a eventual submissão dessas atividades a hipóteses de imunidade e, então, a sujeição potencial à tributação das remunerações: tarifas, fontes acessórias ou complementares de receitas e indenizações pagas pelo Poder Público ao particular. Observa-se que a principal fonte de receita das concessionárias e permissionárias – a tarifa – não possui natureza de tributo, mas equivale a preço pago pelo usuário como contraprestação pelo serviço público utilizado; que as concessionárias de serviços públicos não estão submetidas à regra de imunidade recíproca do art. 150, VI, *a*, da Constituição Federal, apesar de haver casos de seu reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, e que há outras hipóteses de imunidades previstas no Texto Constitucional que podem ser relacionadas à prestação de serviços públicos. A partir disso, compreende-se que as receitas previstas para concessões e permissões no regime da Lei 8.987/1995 submetem-se à regular incidência de tributação, conforme o enquadramento das remunerações aos arquétipos constitucionais de tributação dos ingressos que representam: tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sobre a circulação de mercadorias, sobre a receita e sobre o lucro.

Palavras-chave: Concessões. Permissões. Tributação. Serviço Público.

ABSTRACT

STRACHICINI, Viviane Camara. **Taxation of economic activities developed by private entities that provide public services**. 2020. 206 p. Master's Dissertation (Master Program in Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The objective is to study the remuneration of concessions and permissions of public services and its submission to the archetypes of taxes provided by the Constitutional Text. It considers the legal regime of concessions and permissions of public services provided by the Law 8.987/1995, the legal nature of the remuneration that it provides, the subordination of such activities to immunity rules, and, then, the taxation of tariffs, complementary sources of revenue and indemnification paid by the Public Authorities to private entities. It is concluded that the main source of revenue of concessions and permissions – the tariff – has no tax nature, and that it constitutes a price charged by the private entity due to the provision of public services. These revenues are not subject of reciprocal immunity rule, but there are specific cases of concessions and permissions considered immune by the Supreme Court. Furthermore, there are other kinds of immunities that can be applied. It is also understood that the revenue of concessions and permissions is submitted to regular taxation, according to the framework of the activities performed and their identity to the constitutional archetypes of revenue taxation: taxes levied on services, on movement of goods, on revenue and on profit.

Keywords: Concessions. Permissions. Taxation. Public services.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 PRESSUPOSTOS DE TRABALHO	19
1.1 Paradigma científico adotado.....	19
1.2 Percurso de construção de sentido e sistema do direito positivo	22
1.3 Intertextualidade, interdisciplinaridade e a relação entre o Direito Tributário e o Direito Administrativo	25
1.4 A norma jurídica e a teoria da Regra-Matriz de Incidência de Paulo de Barros Carvalho	27
2 O REGIME JURÍDICO DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	29
2.1 Previsão constitucional de prestação de serviços públicos	29
2.1.1 Conceito de serviço público: perspectivas possíveis	29
2.1.2 Serviço público e exercício de atividade econômica: o regime jurídico dos serviços públicos	33
2.1.3 Conceito de Poder Público.....	38
2.2 O Regime jurídico de concessões e permissões de serviços públicos	42
2.2.1 Concessões e permissões: delimitação de sentido e regime jurídico	43
2.2.1.1 Acepções possíveis dos termos <i>concessão</i> e <i>permissão</i>	43
2.2.1.2 Disposições gerais previstas na Lei 8.987/1995 sobre o regime das concessões e permissões de serviços públicos e suas espécies	46
2.2.1.2.1 Observações adicionais sobre as concessões precedidas de obra pública e bens reversíveis	48
2.2.1.2.2 Concessão de serviço público e permissão de serviço público.....	51
2.2.1.2.3 Tratamento doutrinário da natureza das concessões e permissões	53
2.2.2 Reconhecimento de natureza contratual aos instrumentos de formalização não encerra a natureza jurídica das concessões e permissões de serviços públicos	61
2.2.2.1 Os contratos de adesão e de concessão de serviços públicos	61
2.2.2.1.1 Uma observação inicial: a relevância do reconhecimento de natureza contratual às concessões e permissões de serviços públicos	62
2.2.2.1.2 Características e elementos do contrato	63

2.2.2.1.3	Princípio de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a responsabilidade do Estado perante o concessionário e o permissionário de serviço público	67
2.2.2.1.4	Extinção do contrato	72
2.3	Remuneração das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	74
2.3.1	As tarifas	76
2.3.1.1	Natureza jurídica das tarifas	76
2.3.1.2	As taxas e discussões sobre sua distinção das tarifas	78
2.3.1.3	Taxas e tarifas na jurisprudência do STF: critérios para verificação do regime jurídico aplicável a cobranças decorrentes da prestação de serviços públicos.....	88
2.3.2	Remuneração por meio da exploração de outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados	97
2.3.3	Indenizações pagas ao particular pelo Poder Público	98
2.3.3.1	Responsabilidade contratual do poder concedente prevista na Lei 8.987/1995	99
2.3.3.2	Demais casos em que é devida indenização ao concessionário: responsabilidade do poder concedente pelas obrigações contratuais assumidas.....	101
3	TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	105
3.1	Contextualização do capítulo.....	105
3.2	Da norma de competência à Regra-Matriz de Incidência Tributária	105
3.3	Pressupostos constitucionais de tributação das concessionárias e permissionárias a partir da norma de competência tributária	109
3.3.1	Imunidade tributária: regras imunizantes aplicáveis a concessionárias e permissionárias de serviços públicos	110
3.3.1.1	Considerações iniciais	110
3.3.1.2	Perspectivas doutrinárias acerca do tema da imunidade	110
3.3.1.3	Imunidade subjetiva relacionadas às concessões e permissões de serviços públicos: o tema da imunidade recíproca	115
3.3.1.3.1	Previsões constitucionais a respeito da imunidade recíproca	115

3.3.1.3.2	A imunidade recíproca na doutrina e a (im)possibilidade de sua extensão às concessionárias e permissionárias de serviços públicos.....	118
3.3.1.3.3	Perspectiva pragmática do tema: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a imunidade recíproca	123
3.3.1.3.4	Conclusão: imunidade recíproca e concessão de serviços públicos na Constituição, na doutrina e na jurisprudência do STF	145
3.3.1.4	Imunidades objetivas relacionadas à prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias	147
3.3.2	O Ingresso decorrente da exploração das atividades econômicas concedidas ou permitidas como receita ou lucro tributável.....	149
3.2.2.1	Tributos cuja materialidade possível é a receita ou o faturamento da sociedade	149
3.2.2.1.1	Contribuições sobre receita e o conceito constitucional de receita.....	149
3.2.2.2	Tributos cuja materialidade possível é o lucro	154
3.2.2.2.1	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	154
3.2.2.2.2	Contribuição sobre o Lucro	158
3.2.2.3	Imposto cuja materialidade possível é a prestação de serviços e a circulação de mercadorias	158
3.2.2.3.1	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	158
3.2.2.3.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação (ICMS).....	164
3.2.2.4	Enquadramento dos fatos decorrentes do desenvolvimento da atividade econômica por concessionárias e permissionárias ao critério material das normas de competência tributária	168
3.2.2.4.1	Tarifas: receita decorrente da prestação de serviço público objeto da concessão ou permissão	169
3.2.2.4.2	Fontes alternativas de receitas	171
3.2.2.4.3	Recebimento de indenizações do poder concedente	173
CONCLUSÃO.....		189
NOTAS CONCLUSIVAS.....		191
REFERÊNCIAS.....		197
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA		205

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto o estudo do enquadramento das formas de remuneração previstas para o regime geral de concessões e permissões e serviços públicos previsto na Lei 8.987/1995 aos arquétipos constitucionais de tributos. Para tanto, analisa a natureza jurídica da relação estabelecida entre o Estado e as concessionárias e permissionárias de serviços públicos, a potencial submissão das atividades por elas desempenhadas à imunidade recíproca ou outra espécie específica de imunidade e, por fim, o enquadramento das remunerações previstas no texto legal aos arquétipos constitucionais de tributação.

Propõe-se a responder à seguinte pergunta: *as remunerações previstas na Lei 8.987/1995 como contraprestação pela prestação de serviços públicos concedidos e permitidos estão submetidas à tributação?* A hipótese é a de que constituem atividade econômica e, como tal, sujeitam-se à regular tributação.

Pretende-se, com isso, compreender, de maneira integrada e intertextual, as normas que dispõem sobre o regime geral de concessões e permissões e aquelas que tratam da predeterminação constitucional de incidência tributária sobre as remunerações decorrentes dessas atividades.

O estudo é dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo são fixados os pressupostos metodológicos do estudo, afirmando-se a perspectiva normativista, sistemática e intertextual que marca a compreensão do tema proposta.

No segundo, é apresentado estudo do regime jurídico das concessões e permissões de serviços públicos e elencadas as remunerações nele previstas: tarifas, fontes acessórias de receitas e indenizações.

No terceiro, é estudada a conexão entre os critérios predeterminados das normas de competência tributária previstas no Texto Constitucional e as Regras-Matrizes de Incidência dos tributos, que poderão vir a incidir sobre as remunerações previstas na Lei 8.987/1995. A abordagem se inicia com a análise da sujeição ou não dessas atividades a regra de imunidade subjetiva (imunidade recíproca) e, ainda, a eventuais imunidades objetivas. Superada essa fase, passa a analisar os arquétipos constitucionais tributários a partir da norma de competência para verificação de incidência tributária potencial sobre as remunerações elencadas no Capítulo 2.

Encerrado este último capítulo, são expostas as conclusões alcançadas pelo estudo.

CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou responder à seguinte pergunta: *as remunerações previstas na Lei 8.987/1995 como contraprestação pela prestação de serviços públicos concedidos e permitidos estão submetidas à tributação?* A hipótese foi a de que constituem atividade econômica e, como tal, podem ser objeto de tributação, conforme sua adequação aos demais pressupostos normativos de instituição e cobrança de tributos previstos no sistema tributário.

A conclusão obtida foi a de que as remunerações decorrentes do exercício de atividades previstas nos contratos de concessão e de adesão de serviços públicos decorrem do exercício de atividade econômica em sentido amplo, e que sobre elas pode ser instituída tributação, obedecido o seu enquadramento aos arquétipos constitucionais de incidência e os demais requisitos normativos predeterminados nas normas de competência constitucionais.

Afirmou-se que a imunidade recíproca é incompatível com o regime tarifário, marca distintiva das concessões e permissões de serviços públicos, mas que há discussões na doutrina e jurisprudência a respeito da sua extensão a entidades que prestem serviços públicos. A principal contraposição identificada foi a dos casos de prestação de serviços públicos por empresas públicas e sociedades de economia mista, que integram a Administração Pública Indireta. Foram verificadas, também, hipóteses objetivas de imunidade aplicáveis a atividades que poderão ser qualificadas como serviços públicos.

Constatou-se que a cobrança de tarifas representa ingressos financeiros que poderão vir a ser tributados por meio de tributos sobre receita ou faturamento, lucro, prestação de serviços e circulação de mercadorias, conforme sua adequação à Regra-Matriz de Incidência de cada um deles. O mesmo pôde ser dito com relação às assim ditas *fontes alternativas de receitas*, cuja peculiaridade é a de não decorrerem da prestação do serviço público, mas sim da exploração de atividades econômica em sentido estrito. Por fim, concluiu-se que as indenizações poderão constituir ingresso a ser tributado por meio de tributos sobre receita ou faturamento e lucro, conforme a circunstância de constituírem, em sua fixação, mera reposição do patrimônio da concessionária e de investimentos realizados (danos emergentes), ou indenização por receitas que deixaram de ser auferidas (lucros cessantes).

NOTAS CONCLUSIVAS

A Constituição Federal estabelece determinações ao Estado para que realize atividades definidas como serviços públicos pelo direito positivo, de modo a implementar valores e objetivos que lhes são caros. Os serviços públicos submetem-se a regime jurídico próprio, estabelecido pelo art. 175 da CF, e podem ser considerados atividade econômica em sentido amplo.

A definição material desses serviços pode ou não ser objeto de norma constitucional. Independentemente de sua criação ser fruto de uma norma constitucional que predetermine seus aspectos materiais, dependem, sempre, de delimitação legal em norma de competência que outorga a um ente estatal o dever de realizá-los. Nessa medida, um serviço público é sempre um serviço definido por lei numa norma de competência e suas especificidades estão delimitadas em contrato. A entidade da Administração Pública a quem é outorgado o dever de prestar o serviço público pode cumpri-lo diretamente ou por meio de concessão ou permissão.

O regime geral das concessões e permissões de serviços públicos é previsto na Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Há serviços públicos cujo regime de delegação é previsto em lei especial, aplicando-se as normas da Lei 8.987/1995 de forma subsidiária.

Nas concessões e permissões não há ato unilateral do Estado. Há contratos, comutativos e sinalagmáticos, vinculados ao procedimento licitatório previamente realizado. A Lei 8.987/1995 refere-se a esses contratos como *contrato de concessão de serviços públicos* (para concessões de serviços públicos) e *contratos de adesão* (para permissões de serviços públicos). Suas cláusulas constituem obrigações cujo descumprimento gera responsabilidade às partes. A diferença fundamental entre essas duas espécies de contrato é a possibilidade de rescisão de permissão de serviços públicos a qualquer tempo, enquanto os contratos de concessão possuem prazo certo de duração. Mas deve-se destacar que os contratos de concessão podem ser extintos antes do prazo inicialmente previsto, quando razões de interesse público assim o exigirem.

A Lei 8.987/1995 estabelece relação direta entre o cumprimento das disposições contratuais e o seu assim dito equilíbrio econômico-financeiro, que é regra subjacente a todo e qualquer contrato de concessão e de permissão de serviços públicos. Seu conteúdo relaciona-se com a identificação dos encargos assumidos por cada parte no contrato e os direitos de cada uma delas decorrentes das obrigações firmadas. O descumprimento dessas obrigações – dolosa, culposa ou por circunstâncias alheias à

vontade das partes – gera desequilíbrio e deve ser corrigido conforme os mecanismos de ajuste previstos no próprio contrato, no edital de licitação e na lei de concessões. Pode também gerar, por vezes, a extinção do contrato e o dever de indenizar.

A concessionária ou permissionária de serviços públicos, ao firmar contrato de concessão ou permissão, assume o dever de prestar o serviço público nele previsto e, quando for o caso, de promover obras públicas necessárias à prestação. Como contrapartida, a concessionária/permissionária reconhece o direito de realizar a exploração econômica daquele serviço, de obter receitas acessórias relacionadas à exploração do serviço concedido, conforme a equação econômico-financeira previamente fixada, bem como o de ter seu investimento em bens reversíveis devidamente amortizado ou depreciado.

A remuneração por excelência das concessões e permissões se dá por meio da cobrança de tarifas. A tarifa não é tributo. É preço pago pelo usuário do serviço, submetido a regulação própria da Lei 8.987/1995, que vincula sua cobrança de forma direta à necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Constitui a receita fundamental da concessionária e da permissionária de serviço público. Sua fórmula de cálculo é objeto de regulamentação legal e contratual e deve refletir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando-se os custos necessários à sua realização.

A concessionária/permissionária pode, ainda, obter receita pela exploração de outras fontes acessórias ou complementares e pelo pagamento de valores classificados pela Lei 8.987/1995 como *indenizações*. As indenizações pagas pelo poder concedente poderão ser caracterizadas como recomposições de patrimônio (por danos emergentes), ou como compensações pelo valor que se deixou de auferir em razão de descumprimento contratual (por lucros cessantes), a depender da espécie de dano que visam a compensar.

É possível discutir a aplicação da regra de imunidade recíproca a concessões e permissões de serviços públicos, seja em razão de um critério objetivo – prestação de serviço público –, seja de um critério subjetivo – circunstância de aquele que o presta compor a Administração Pública. Há, ainda, posicionamentos doutrinários pela conjugação desses dois critérios e pela necessidade de se analisar o tema sob a perspectiva do princípio constitucional de livre concorrência.

O STF reconhece a imunidade recíproca, quanto a concessões e permissões de serviços públicos, em situações excepcionais. Foram identificados neste trabalho fundamentos de decisão comumente utilizados pela Corte para abordagem do tema. Mas

apesar da relevância de tais critérios, não há uma posição clara e segura a ser apontada quanto à possibilidade ou não de ser reconhecida a imunidade para concessionárias e permissionárias de serviços públicos, quando integrantes da Administração Indireta. Por outro lado, para as demais concessionárias e permissionárias, não foram identificados casos de reconhecimento de imunidade recíproca pela Corte.

Ainda a respeito do tema da imunidade recíproca, concluiu-se que não são as disposições a respeito do exercício de atividade econômica em sentido estrito que afastam a regra de imunidade na prestação de serviços públicos, tais como o princípio da livre concorrência (art. 170, IV da CF), a impossibilidade de empresas públicas e sociedades de economia mista submeterem-se a “privilégios fiscais não extensivos às do setor privado” (art. 173, § 2º da CF) ou, ainda, a previsão do art. 150, § 3º da CF, de que a imunidade não se aplica à “exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados”.

De acordo com a perspectiva aqui adotada, a prestação de serviços públicos por meio de concessões e permissões é sempre incompatível com a aplicação da imunidade recíproca. Isso porque a CF, em seu art. 150, §3º, afasta expressamente a espécie de imunidade nos casos em que a remuneração decorrente da atividade esteja submetida ao regime tarifário. Tal circunstância independe de ser a concessionária ou permissionária integrante ou não da Administração Pública Indireta.

Há, ainda, hipóteses de imunidades que podem ser relacionadas aos serviços públicos de forma objetiva, previstas no art. 155, § 2º, X, *b*, e § 3º da CF, para as quais a identificação do elemento subjetivo – quem as realiza – é irrelevante.

Os ingressos financeiros decorrentes da concessão ou permissão são potencialmente tributáveis. A legitimidade dessa tributação terá como pressuposto fundamental a adequação do fato a uma hipótese constitucional de atribuição de competência para o ente político instituir tributo sobre a materialidade por eles representada, considerando-se, especialmente, os conceitos constitucionais pressupostos de receita, renda, serviço e mercadoria.

As tarifas têm o potencial de representar ingressos de receitas tributáveis por tributos incidentes sobre a receita ou faturamento e sobre a renda, integrando sua regular apuração. O mesmo pode ser afirmado com relação à exploração de fontes alternativas ou complementares de receitas.

Para a incidência de tributação sobre serviços, exige-se, ainda, definição do serviço público como *serviço tributável* pela legislação complementar – no caso do ISS – ou seu enquadramento em qualquer das hipóteses de serviços tributáveis pelo ICMS, considerados os contornos materiais do serviço público previstos em lei, no edital de licitação e no contrato de adesão ou concessão. Note-se que na concessão precedida de obra pública, a atividade de construção e manutenção de bens públicos ou reversíveis deve ser considerada atividade-meio para a prestação do serviço, não sendo objeto de remuneração específica pelo usuário. Por essa razão, não estará submetida à incidência de ISS.

No caso do ICMS, é possível discutir a necessidade de atenção ao princípio da seletividade com relação à tributação de serviços públicos concedidos ou permitidos, sob a perspectiva de que serviços públicos seriam, sempre, essenciais. O tema é objeto de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral no STF e há posições divergentes na jurisprudência de tribunais em segunda instância.

Poderão, ainda, ser objeto de tributação os valores recebidos pelos concessionários a título daquilo que a Lei 8.987/1995 denomina *indenizações*. A incidência ou não de tributação nesse caso dependerá da espécie de dano que a indenização pretenda reparar. Essa análise deverá ser realizada concretamente, considerando-se a causa da indenização realizada: as indenizações por lucros cessantes amoldam-se aos arquétipos constitucionais de tributação sobre a receita ou faturamento e sobre a renda; as indenizações por danos emergentes não se submetem à tributação sobre a renda. Há discussões a respeito da conformação da indenização por danos emergentes ao conceito constitucionalmente pressuposto de receita e da indenização por lucros cessantes ao conceito constitucionalmente pressuposto de renda.

No caso de extinção da concessão por advento de termo contratual sem que tenha ocorrido completa amortização ou depreciação de bens reversíveis pelo concessionário, a natureza parece ser a de recomposição patrimonial (danos emergentes), por investimentos realizados pelas concessionárias ou permissionárias que não tenham sido devidamente recompostos, como esperado conforme a equação econômico-financeira do contrato. A Receita Federal do Brasil exige tributação sobre renda e receita nesses casos, mas em ato normativo sobre o tema destaca a necessidade de se analisar os critérios de cálculo utilizados para a mensuração da indenização. Deve-se considerar, então, se há no caso concreto mera reposição de um custo suportado pelo concessionário ou permissionário, ou, diversamente, compensação por uma receita ou acréscimo patrimonial

que deixou de auferir em razão de descumprimento de cláusula contratual relacionada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alaôr Caffé. Formação Lógico-Linguística do Conhecimento e a Construção do Discurso Científico. In: CARVALHO, Paulo de Barros; BRITTO, Lucas Galvão de (Orgs.). **Lógica e Direito**. São Paulo: Noeses, 2016. p. 03-42.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. **Concessões de serviços públicos**. São Paulo: Malheiros, 2002.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Os Fundamentos da Responsabilidade Civil do Estado. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, v. 236, p. 263-273, 2004.

ATALIBA, Geraldo; BARRETO, Aires Fernandino. ISS na Constituição: Pressupostos Positivos, Arquétipos do ISS. **Revista de Direito Tributário**. São Paulo, v. 10, n. 37, p. 29-50, jul./set. 1986.

ATALIBA, Geraldo; GIARDINO, Cléber. Imposto sobre circulação de mercadorias e imposto sobre serviços. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; BRITO, Edvaldo (Coords.). **Doutrinas essenciais de direito tributário**. v. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 7. ed. rev. compl. à luz da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional nº 10/1996. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BALEEIRO, Aliomar. Serviços públicos: intervenção na ordem econômica: sociedade de economia mista: imunidade fiscal: **Banco da Amazônia**, Rio de Janeiro: Forense, v. 152, p. 57-69, 1954.

BARRETO, Aires Fernandino. **Base de cálculo, alíquota e princípios constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

BARRETO, Aires Fernandino. **ISS na Constituição e na Lei**. 4. ed. atualizado conforme a Lei Complementar 157/2016 por Paulo Ayres Barreto. São Paulo: Noeses, 2018.

BARRETO, Aires Fernandino; BARRETO, Paulo Ayres. **Imunidades tributárias: limitações constitucionais ao poder de tributar**. São Paulo: Dialética, 2001.

BARRETO, Paulo Ayres. **Curso de especialização em direito tributário: estudos analíticos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARRETO, Paulo Ayres. **Elisão tributária: limites normativos**. São Paulo: Edusp, 2008.

BARRETO, Paulo Ayres. Ordenamento e sistemas jurídicos. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.). **Constructivismo lógico-semântico**. v. 1. São Paulo: Noeses, 2014.

BECHO, Renato Lopes. Imunidade tributária das autarquias e fundações públicas. **Revista Dialética de Direito Tributário**. São Paulo: Dialética, v. 49, p. 82-87, out. 1999.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

BECKER, Josiane. **Fundamentos da responsabilidade do Estado em matéria tributária**. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BEVILACQUA, Clóvis. **Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações**. São Paulo: Saraiva, 1967.

BORGES, José Souto Maior. **Isenções tributárias**. 2. ed. São Paulo: Sugestões literárias, 1980.

BORGES, José Souto Maior. **Teoria Geral da Isenção Tributária**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BOTTALLO, Eduardo. Empresas prestadoras de serviços de recrutamento de mão-de-obra temporária e base de cálculo do ISS. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo: Dialética, v. 5, p. 13-18, fev. 1996.

BRITTO, Lucas Galvão de. Sobre o uso de definições e classificações na construção do conhecimento e na prescrição de condutas. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Org.) **Lógica e Direito**. São Paulo: Noeses, 2016. p. 3-391.

CANTO, Gilberto de Ulhôa. Algumas considerações sobre a imunidade tributária dos entes públicos. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 661-662, p. 28-32, 1958.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CARRAZZA, Roque Antonio. **ICMS**. São Paulo: Malheiros, 2006b.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Imposto Sobre a Renda** (Perfil Constitucional e Temas Específicos). 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006a.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário: linguagem e método**. 6. ed. São Paulo: Noeses, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO, Paulo de Barros. Lógica jurídica e lógicas jurídicas. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.); Lucas Galvão de Britto (Org.). **Lógica e Direito** São Paulo: Noeses, 2016. p. 313-355.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. A energia elétrica, os combustíveis e os minerais como insumos universais e tributação estúpida. In: MOREIRA, André Mendes; NASCIMENTO, José Carlos Martins do (Orgs.). **Direito tributário no setor elétrico**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 17-32.

COSTA, Regina Helena. **Imunidades tributárias: teoria e análise da jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros, 2006.

CEZNE, Andrea Nárriman. O conceito de serviço público e as transformações do Estado contemporâneo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 167, 2005.

CRETELLA JÚNIOR, José. Regime jurídico das empresas públicas. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 237, n. 823-5, p. 62-80, mar. 1972.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Tratado de direito administrativo**. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DUGUIT, Leon. **Traité de droit constitutionnel**. Tome 2. 3. ed. Paris: E. de Boccard, 1928.

Dicionário Online Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 28 dez. 2019. Disponível em <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>>. Acesso em 28: dez. 2019.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Da distinção entre receita e faturamento por força da alteração introduzida pela EC nº 20/98. **Revista Fórum de direito tributário**, v. 5, n. 28, p. 9-18, jul./ago. 2007.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto; FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Dicionário jurídico** (matéria por matéria). 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GAMA, Tacio Lacerda. **Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade**. São Paulo: Noeses, 2009.

GAMA, Tacio Lacerda. **Contribuições de intervenção no domínio econômico**. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

GANDOLFO, Orlando Carlos. Pedágio - Equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 127, p. 553-568, jan./mar. 1977.

GIARDINO, Cléber; BARRETO, Aires Fernandino. Serviço Público: intributabilidade por meio de imposto - serviços de transportes urbanos e ISS. **Revista de Direito Tributário**, São Paulo: Malheiros, v. 62, p. 99-109, 1992.

GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 1961.

GONÇAVES, José Artur Lima. **Imposto sobre a renda: pressupostos constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2002.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

GRECO, Marco Aurélio. Cofins na Lei 9.718/1998 - Variações Cambiais e Regime de Alíquota Acrescida. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo: Dialética, v. 50, p. 110-151, nov. 1999.

GUERRA, Sérgio Antônio Silva. Bens Reversíveis nas Concessões. **Direito do Estado**. Bahia: IBDP, 2016. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/sergio-guerra/bens-reversiveis-nas-concessoes>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A Experiência Brasileira nas Concessões de Serviço Público. **Revista Interesse Público** (Impresso), v. 42, p. 77-125, 2007.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. A Lei Complementar 116/03 e a Tributação dos Serviços Públicos Executados por Particulares. In: TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Serviços públicos e direito tributário**. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 637-680.

HARB, Karina Houat. Princípio da continuidade do serviço público e interrupção. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coords.); ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner; FREIRE, André Luiz (Coord. de tomo). **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: PUC, 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Concessões de serviços públicos**. São Paulo: Dialética, 1997.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O imposto sobre serviços na Constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria Geral das Concessões de Serviços Públicos**. São Paulo: Dialética, 2003.

KLEIN, Aline Lícia. Formas de extinção das concessões e seus efeitos. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coords.); ZOCKUN, Maurício; ZOCKUN, Carolina Zancaner; FREIRE, André Luiz (Coord. de tomo). **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: PUC, 2017.

KNOPFELMACHER, Marcelo. Aspectos do Conceito Constitucional de Receita na Emenda 20/98. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, v. 100, p. 52-64, jan. 2004.

KNOPFELMACHER, Marcelo. **O conceito de receita na constituição**: método para sua tributação sistemática. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, Ruy Cirne. **Pareceres** – Direito Público. Porto Alegre: Sulina, 1963.

LINS, Robson Maia. **Curso de direito tributário brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2019.

LUHMANN, Niklas. **Direito da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MACHADO, Hugo de Brito. As taxas no Direito brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 16, p. 191-227, 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2005a.

MACHADO, Hugo de Brito. Regime tributário das Indenizações. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.) **Regime tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética; ICET, 2000. p. 92-112.

MACHADO, Hugo de Brito. Serviços públicos e tributação. In: TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Serviços públicos e direito tributário**. São Paulo: Quartier Latin, 2005b. p. 265-297.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito; SANTOS, Paulo de Tarso Vieira. Regime tributário das Indenizações. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.) **Regime tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética; ICET, 2000. p. 113-144.

MACIEL, Adhemar Ferreira. Concessão de serviço público - Equação financeira – Indenização. **Revista de Direito Administrativo**, v. 190, p. 185-194, 1992.

MARINS, James. Regime Tributário das Indenizações. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.) **Regime tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética; ICET, 2000. p. 131-144.

MAROLLA, Eugenia Cristina Cleto. O equilíbrio econômico-financeiro nas concessões regidas pela Lei nº 8.987/95. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES NETO, Floriano Azevedo. Breves considerações sobre o equilíbrio econômico-financeiro nas concessões. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 40, n. 159, p. 193-197, 2003.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Concessões**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MARTINS, Natanael; TARARAM, Ana Paula Bonini. O Regime Tributário das Indenizações. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.) **Regime tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética; ICET, 2000. p. 281-289.

MAZAGÃO, Mário. **Natureza jurídica da concessão de serviços públicos**. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, Alessandra Nishinari de; GAZZANEO JÚNIOR, Silvio José. Princípio da seletividade para o ICMS. Tributação da energia elétrica. **Revista Eletrônica de Direito Tributário da ABDF**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Direito Financeiro, v. 5, n. 40, 2015. Disponível em http://www.abdf.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096:principio-da-seletividade-para-o-icms-tributacao-de-energia-eletrica&catid=28:artigos-da-revista&Itemid=45

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Elementos do Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Prestação de serviços e administração indireta**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Serviço Público e Concessão de Serviço Público**. São Paulo: Malheiros, 2017.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Aspecto jurídico-administrativo da concessão de serviço público. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 26, p. 1-18, 1951.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. Contrato de direito público ou administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 94, p. 1-18, out./dez. 1968.

MELO, Susana Soares. Tributação nos serviços de infraestrutura: uma análise estrutural-funcionalista da utilização de mecanismos tributários como instrumento para o desenvolvimento. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MINATEL, José Antonio. **Conteúdo do conceito de receita e regime jurídico para sua tributação**. São Paulo: MP, 2005.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. t. 22, v. 2. Rio de Janeiro: Borsoi, 1958.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil** - Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 1967.

MOREIRA, André Mendes; ESTANISLAU, César Vale. Taxa de fiscalização de recursos hídricos: competência tributária e equivalência com o custo de fiscalização. In: MOREIRA, André Mendes; NASCIMENTO, José Carlos Martins do (Orgs.). **Direito tributário no setor elétrico**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 249-273.

MOREIRA, Barbosa. Concessão de serviço público – encampação – indenização. A encampação é ato discricionário do poder concedente e independe de previsão contratual, cabendo apenas ao concessionário o direito ao ressarcimento de perdas e danos. In: TJ-RJ. **Apelação Cível nº 7.772**. Rio de Janeiro: TJ-RJ, 11 maio 1979. p. 252-255.

MOREIRA, Cristina Lino. **Tributabilidade do serviço público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. **Fontes do Direito Tributário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Imunidade Tributária – Instituições de Educação e Assistência Social – Limitação ao Poder de Tributar. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, v. 186, p. 346-359, 1991.

NONATO, Orozimbo. **Curso de Obrigações**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

OLEINIK, Rosana. Teoria da norma jurídica e a regra-matriz de incidência como técnica de interpretação do direito. In: CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.). **Constructivismo Lógico-Semântico**. v. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 297-321.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Serviços públicos e tributação. Natureza jurídica da contraprestação de serviços concedidos e permitidos. **Serviços públicos e direito tributário**. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 265-297.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. O conceito de receita como hipótese de incidência das contribuições para a seguridade social (para efeitos da Cofins e da Contribuição ao PIS). **Repertório IOB de jurisprudência**, v. 1, p. 20-43, jan. 2001.

ORTIZ, Marcos Tranches. **Taxas e extrafiscalidade na Constituição**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**. V. 3. Contratos. 14. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2010.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Limites da terceirização por concessionárias de serviços públicos. **Consultor Jurídico**. São Paulo: Conjur, 31 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-31/interesse-publico-limites-terceirizacao-concessionarias-servicos-publicos>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

QUEIROZ, Luiz Cesar Souza de. **Imposto sobre a renda**: requisitos para uma tributação constitucional. São Paulo: Forense, 2003.

QUEIROZ, Mary Elbe. As Indenizações sob a Ótica do Imposto sobre a Renda. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.) **Regime tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética; ICET, 2000. p. 254-280.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Estudo sobre concessão e permissão de serviço público no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1996.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. São Paulo: Dialética, 2018.

SIDOU, José Maria Othon. **Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

SOUSA, Rubens Gomes de. **Compêndio de legislação tributária**. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.

TÁCITO, Caio. A Administração e o Contrôlo de Legalidade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 37, p. 1-11, jul./set. 1954.

TÁCITO, Caio. Concessão de energia elétrica: tarifas: equilíbrio financeiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 242, p. 335-342, Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TÁCITO, Caio. **Direito Administrativo**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. **A prova no direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito constitucional tributário e segurança jurídica**: metódica da segurança jurídica do sistema constitucional tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TORRES, Heleno Taveira; MELO, Suzana Soares de. Concessões de serviços públicos e PPPs: aspectos financeiros e tributários. In: BERCOVICI, Gilberto; VALIM, Rafael (Orgs.). **Elementos do direito de infraestrutura**. São Paulo: Contracorrente, 2015. p. 115-159.

VASQUES, Sérgio. **O princípio da equivalência como critério de igualdade tributária**. Lisboa: Almedina, 2008.

VELLOSO, Carlos Mario da Silva. **Temas de direito público**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

VILANOVA, Lourival. **Estudos Jurídicos e filosóficos**. v. 2. São Paulo: Axis Mundi; IBET, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAGÃO, Alexandre Santos de Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Influência do direito francês sobre o direito brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 89, p. 183-194, jan. 2004.

BARRETO, Aires Fernandino. Imposto Predial e Territorial Urbano. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Curso de Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BALEEIRO, Aliomar. Concessão de serviço público - energia elétrica - encampação - desapropriação - justa indenização - custo histórico. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 67, p. 277-317, 1962.

BARRETO, Paulo Ayres. **Imposto sobre a Renda e Preços de Transferência**. São Paulo: Dialética, 2001.

BELLUCCI, Maurício. **Imposto sobre a renda e indenizações**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade Civil**: doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

CANADO, Vanessa Rahal. Regulação de condutas no direito tributário: primeiras anotações sobre a relação entre a legislação tributária e as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. In: PISCITELLI, Tathiane (Org.). **O Direito Tributário na prática dos Tribunais Superiores**: Sistema Tributário Nacional e Código Tributário Nacional em Debate. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 89-121.

CRETELLA JÚNIOR, José. Conceito moderno do serviço público. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 61, n. 2, p. 190-236, dez. 1965.

DAL POZZO, Augusto Neves. **Aspectos Fundamentais do Serviço Público no Direito Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

JÈZE, Gaston. **Principios Generales del Derecho Administrativo**. Buenos Aires: Depalma, 1948.

JUSTEN FILHO, Marçal. Algumas considerações acerca das licitações em matéria de concessão de serviços públicos. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, Salvador, n. 1, p. 1-56, fev. 2005.

FRANÇA. **Réflexions sur l'intérêt général - Rapport public 1999**. Paris: Conselho de Estado, 1998. Disponível em <<https://www.conseil-etat.fr/ressources/etudes-publications/rapports-etudes/etudes-annuelles/reflexions-sur-l-interet-general-rapport-public-1999>>

FREIRE, Andre Luiz. **O Regime de Direito Público na Prestação de Serviços Públicos por Pessoas Privadas**. São Paulo: Malheiros, 2014.

FREITAS, Juarez. **O Controle dos Atos Administrativos e os princípios fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

KÖHLER, Etiane da Silva Barbi. A Ordem Econômica na Constituição de 1988: Contornos e Desdobramentos. **Revista Direito em Debate**, Ijuí: Unijuí, v. 12, n. 18-19, p. 49-82, 2002.

MARTINS, Natanael. A Lei 12.973/2014 e o pronunciamento técnico CPC 30 - receitas. In: SOUTO, Rodrigues Daniele; NATANAEL, Martins Natanael. **Tributação Atual da Renda**: Estudo da Lei nº 12.973/2014: da harmonização jurídico contábil à tributação de lucros do exterior. São Paulo: Noeses, 2015.

MEDAUAR, Odete. Serviço Público. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, v. 189, p. 100-112, 1992.

MOREIRA, André Mendes; FONSECA, Vinícius Simões Borges Espinheira. A Controvertida Relação entre as Receitas Financeiras e a Base de Cálculo do PIS e da Cofin Incidente sobre Instituições Financeiras no regime cumulativo. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, Brasília: BC, v. 11, n. 1, p. 121-151, jun. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Disponibilidade econômica de renda e proventos. Princípio da realização da renda e princípio da capacidade contributiva. In: SILVA, Martins Ives Gandra da; PASIN, João Bosco Coelho (Coords.). **Direito Tributário Contemporâneo**: Estudos em homenagem a Luciano Amaro. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 23-42.

PACHECO, Angela Maria da Motta. Regime Tributário das Indenizações. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.). **Regime Tributário das Indenizações**. São Paulo: Dialética, 2000.

PEIXOTO, Lilian de Castro. **A proteção dos investimentos das concessionárias de serviço público na jurisprudência dos tribunais superiores**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUEIROZ, Mary Elbe. **Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza**. São Paulo: Manole, 2004.

SIQUEIRA, Bruno Luiz Weiler. O nexo de causalidade na responsabilidade patrimonial do Estado. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v. 219, p. 91-106, 2000.

SOUSA, Rubens Gomes de. **Pareceres - I. Imposto sobre a renda**. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.

TIPKE, Klaus. Princípio da Igualdade e Ideia de Sistema no Direito Tributário. In: MACHADO, Brandão. **Direito Tributário** – Estudos em Homenagem ao Prof. Ruy Barbosa Nogueira. São Paulo: Saraiva, 1984.

TORRES, Heleno. **Direito Constitucional Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.